



DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL

| Setembro e Outubro de 2021

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Programa para o Emprego e a Inovação Social 2014-20 – avaliação final

Visa assegurar empregos de elevada qualidade, garantir a proteção social e melhorar as condições de trabalho. A avaliação final do programa analisará:

- o impacto e o valor acrescentado do programa
- a governação, a prestação de contas e a transparência do programa

As conclusões serão tidas em conta na revisão final do quadro financeiro plurianual da UE para os próximos sete anos.

- **Período de consulta: 05 Outubro 2021 - 28 Dezembro 2021**
- **Tópico:** Emprego e assuntos sociais
- **Tipo de ato:** Documento de trabalho dos serviços

Modernizar o direito das sociedades no contexto digital

A pandemia de COVID-19 demonstrou a importância das ferramentas e dos processos digitais no direito das sociedades da UE, incluindo o Sistema de Interconexão dos Registos das Empresas.

Esta iniciativa da UE em matéria de direito das sociedades visa:

- melhorar a transparência das empresas da UE, disponibilizando mais informações numa base transfronteiras
- permitir a utilização transfronteiras de dados fiáveis sobre as empresas
- continuar a modernizar as regras da UE em matéria de direito das sociedades para as adaptar à era digital.

- **Período de apresentação de comentários: 21-12-2021 a 08-04-2022**
- **Tópico:** Justiça e direitos fundamentais
- **Tipo de ato:** Proposta de diretiva

O Direito a desligar: Explorar as práticas das empresas

Este relatório da EUROFOUND tempo tem por base estudos de caso que desenham o mapa da implementação e do impacto do direito a desligar ao nível do local de trabalho. Resumo dos principais resultados:

- Os trabalhadores em Teletrabalho têm duas vezes mais probabilidade de exceder as 48 horas de trabalho do que os trabalhadores no local de trabalho, e é mais provável trabalharem no seu tempo livre.
- Os primeiros Estados-membros que adoptaram legislação, regras e acordos sobre o direito a desligar provaram que o papel dos parceiros sociais é essencial para estas regras serem aplicadas no terreno.
- Em vez do direito a desligar abrupto que termina a ligação imediatamente, a mais aplicada nas empresas é a introdução do direito a desligar através de forma mais suave por processos de formação e de gestão da ligação fora de horas.
- Os novos documentos sobre esta matéria devem abordar os assuntos que levam à “perceção” de estar constantemente ligado, carga de trabalho, falta de formação e processos que alimentam a ligação.
- Embora ainda não existam dados sobre os efeitos do direito a desligar em vários aspectos como saúde e bem estar, equilíbrio familiar e profissional, igualdade de género, e eficiência das empresas, as experiencias dos parceiros sociais ao nível da empresa sugerem mudanças positivas na cultura das empresas após a entrada deste direito.

Mais informação aqui:

<https://www.eurofound.europa.eu/publications/report/2021/right-to-disconnect-exploring-company-practices>

Membros do Parlamento Europeu votaram para acabar com o trabalho por conta própria nas plataformas.

O Parlamento Europeu apoiou propostas que previnem que as empresas de plataformas obriguem os trabalhadores a entrar no falso emprego por conta própria.

As empresas evitam as suas responsabilidades como empregadores negando aos trabalhadores o direito ao Salário Mínimo, férias e baixas e a um contrato de trabalho seguro.

Este ano, na Europa, as plataformas perderam alguns casos em tribunal relativamente trabalhadores por conta própria. O ultimo ocorreu na Holanda onde os juízes decidiram que “a relação legal entre a Uber e estes condutores apresenta todas as características de um contrato de emprego”.

Os Membro do Parlamento Europeu apoiaram as seguintes propostas que são fundamentais para acabar com o emprego por conta própria:

- Que as plataformas têm de provar a presunção da relação de trabalho;
- A inversão do ónus da prova;
- Clarificar que não pode ser considerado um novo terceiro estatuto entre trabalhador e trabalhador por conta própria;
- Os trabalhadores nas plataformas devem ter o direito a organizar-se colectivamente e ser representados por sindicatos.

Estas propostas são o eco daquelas que a CES apresentou anteriormente na sua resposta à segunda consulta da Comissão Europeia sobre as condições de trabalho no trabalho em plataformas.

Mais informação aqui:

Resposta da CES à segunda fase de consulta:

<https://www.etuc.org/en/document/etuc-reply-second-phase-consultation-social-partners-under-article-154-tfeu-possible>

Baixos salários provocam o êxodo dos trabalhadores no sector dos cuidados.

A CES apela ao investimento nos salários justo no sector dos cuidadores depois de um relatório revelar que o sector sofreu um êxodo desde a pandemia. Entre 2019 e 2021 mais 400 mil trabalhadores saíram do sector. No dia Mundial de Acção para os cuidadores a ETUC apela à UE para:

- Investir no sector através da Estratégia Europeia para os Cuidadores prometida pela Presidente von der Leyen, nas recomendações do semestre europeu e na revisão das regras políticas económicas para conduzirem ao aumento do investimento no sector.
- Permitir aos Sindicatos negociar colectivamente salário justo e condições de trabalho para as muitas mulheres e para a força de trabalho dos cuidadores que tem salários baixos através da adopção de Directivas fortes sobre Salários mínimos adequados, negociação colectiva e transparência salarial.

Protecção social numa encruzilhada: em busca de um futuro melhor

O Relatório Mundial sobre Protecção Social 2020-2022 apresenta uma visão global dos progressos feitos em todo o mundo na última década na extensão de protecção social e construção de sistemas de protecção social baseados em direitos, incluindo durante o período COVID-19.

Baseado em novos dados o relatório oferece num espectro global, regional e por países, estatísticas sobre protecção social, benefícios e despesas. Define ainda recomendações políticas específicas para atingir o objectivo de protecção social universal para todos até 2030.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas a OIT apela à acção na protecção social e no emprego

Este ano o tema para a AGNU é “construir resiliência através da esperança – para recuperar do COVID-19, reconstruir sustentabilidade, responder às necessidades do planeta, respeitar os direitos das pessoas e revitalizar as Nações Unidas”.

No dia 22 de Setembro Guy Ryder vai discutir como as mudanças nas condições de trabalho e na protecção social podem ser realizadas e o caminho para fora da crise que deve ser seguido.

Mais informação aqui:

[UN General Assembly](#)

[ILO Office for the United Nations, New York](#)

Agricultura: Comissão adopta medidas excepcionais de apoio aos sectores do vinho e da fruta e produtos hortícolas

No setor vitivinícola, as medidas excepcionais incluem o seguinte:

- possibilidade de os países da UE continuarem a alterar os seus programas nacionais de apoio a qualquer momento, em vez de o fazerem unicamente duas vezes por ano (até 1 de março e 30 de junho de cada ano, respetivamente);

- alargamento da possibilidade de concessão de uma contribuição mais alta, proveniente do orçamento da UE, para as atividades de promoção e informação, reestruturação e reconversão de vinhas, colheita em verde e investimentos até 15 de outubro de 2022;
- aumento da contribuição do orçamento da UE para seguros de colheitas de 70 % para 80 % até 15 de outubro de 2022;
- duplicação do apoio concedido pela UE para cobertura de custos de criação de fundos mutualistas, que passam de 10 %, 8 % e 4 % para 20 %, 16 % e 8 % no primeiro, segundo e terceiro ano de execução;
- alargamento do período de vigência das medidas de flexibilidade no âmbito do programa para o setor vitivinícola até 15 de outubro de 2022.

No setor da fruta e produtos hortícolas, o apoio concedido pela UE às organizações de produtores – normalmente calculado com base no valor da produção anual – será compensado de modo a representar pelo menos 85 % do valor do ano anterior, ainda que o valor desse ano seja mais baixo. Esta compensação será concedida quando a quebra na produção estiver ligada a catástrofes naturais, fenómenos climáticos adversos, doenças das plantas ou pragas, fora do controlo da organização de produtores, e pelo menos 35 % inferior comparativamente ao ano anterior. Além disso, se os produtores provarem que tomaram medidas preventivas para combater as causas da baixa na produção, o valor da produção utilizado para efeitos de apoio será o mesmo do ano anterior.

Perguntas e respostas: Comunicação da Comissão sobre os preços da Energia

O que levou a Comissão a adotar uma comunicação sobre os preços da energia?

A União Europeia, tal como muitas outras regiões do mundo, defronta-se atualmente com um aumento acentuado dos preços da energia, o que constitui uma séria preocupação para os cidadãos, as empresas, a Comissão Europeia e os governos de toda a UE.

O pico atual é principalmente impulsionado pelo aumento da procura mundial de energia, em especial de gás, relacionada com a recuperação económica mundial. Embora no passado já tenham ocorrido flutuações dos preços da energia, a situação atual é excecional, dado que as famílias e as empresas europeias estão perante a perspetiva de faturas de energia mais elevadas numa altura em que muitas sofreram uma perda de rendimentos em consequência da pandemia.

Essa situação poderá afetar a recuperação da Europa, bem como a equidade e inclusividade dessa recuperação, e agravar a pobreza energética. Além disso, arrisca-se a minar a confiança e o apoio à transição para energias limpas, que são necessários não só para evitar as consequências desastrosas das alterações climáticas mas também para reduzir a vulnerabilidade da UE à volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis.

A Comissão Europeia visa ajudar e apoiar os Estados-Membros na resposta aos impactos negativos nas famílias e nas empresas. Tendo ouvido os Estados-Membros, o Parlamento Europeu, a indústria, os consumidores e os parceiros internacionais, a Comissão preparou a presente [comunicação](#) com vista a adotar e apoiar medidas adequadas para mitigar os efeitos do atual aumento dos preços da energia.

Prevê-se que a situação atual se prolongue?

As expectativas do mercado no que diz respeito às matérias-primas energéticas indicam que os atuais aumentos de preços deverão ser temporários. É provável que os preços grossistas do gás se mantenham elevados durante os meses de inverno e desçam na primavera, quando se prevê que a situação estabilize. Não obstante, estima-se que os preços continuarão a ser superiores à média dos últimos anos.

A mais longo prazo, um maior investimento na Europa em fontes de energia renováveis, em eficiência energética e em edifícios e sistemas energéticos mais inteligentes reforçará a independência energética da UE no que diz respeito a combustíveis fósseis importados e contribuirá para baixar os preços grossistas. No entanto, a médio prazo poderão ocorrer novos ajustamentos da oferta e da procura, não podendo excluir-se novos episódios de volatilidade dos preços nos mercados grossistas por diversas razões de natureza geopolítica, tecnológica e económica.

A Comissão antecipa que os Estados-Membros da UE esgotem as reservas de gás neste inverno?

Embora o aprovisionamento energético não esteja em risco imediato, impõe-se a monitorização contínua da segurança do aprovisionamento e dos níveis de armazenamento de gás. Os atuais níveis de armazenamento de gás na UE são ligeiramente superiores a 75 %. Este valor é inferior à média de 90 % registada nesta altura nos últimos 10 anos, mas os níveis de armazenamento têm vindo a aumentar constantemente desde o verão.

Juntamente com o grupo de peritos da UE para a segurança do aprovisionamento de gás («Grupo de Coordenação do Gás») e a Rede Europeia dos Operadores das Redes de Transporte de Gás (REORTG), a Comissão está a acompanhar de perto a situação no que diz respeito à segurança do aprovisionamento, incluindo o nível de armazenamento e de importações de gás. Tal como previsto pelas regras da UE, a REORTG publicou, em 12 de outubro, o seu relatório prospetivo de inverno («[Winter Outlook](#)») destinado a avaliar a capacidade da rede de gás para fazer face a eventuais problemas durante o próximo inverno. O relatório concluiu que a infraestrutura europeia de gás assegura flexibilidade suficiente ao mercado durante o inverno.

Que medidas propõe a Comissão para fazer face ao atual aumento dos preços?

O atual aumento dos preços exige uma resposta rápida e coordenada. O quadro jurídico vigente habilita a UE e os seus Estados-Membros a tomarem medidas para fazer face aos efeitos de flutuações súbitas dos preços. A resposta imediata deverá dar prioridade a medidas específicas que possam mitigar rapidamente os efeitos sobre os grupos vulneráveis, possam ser facilmente ajustadas quando a situação melhorar e que evitem interferir na dinâmica do mercado ou reduzir os incentivos à transição para uma economia descarbonizada. A médio prazo, as respostas políticas deverão centrar-se em tornar a UE mais eficiente na utilização da energia, menos dependente dos combustíveis fósseis e mais resiliente à subida dos preços da energia, fornecendo em paralelo energia limpa economicamente acessível aos utilizadores finais.

O conjunto de medidas apresentado no âmbito da presente comunicação possibilita uma abordagem coordenada para proteger as pessoas mais expostas a riscos, sendo cuidadosamente calibrado para alcançar os objetivos acima referidos.

Medidas imediatas destinadas a proteger os consumidores e as empresas:

- prestar apoio de emergência ao rendimento dos consumidores em situação de pobreza energética, por exemplo através de vales ou do pagamento parcial de faturas, que podem ser apoiados por receitas do CELE;
- autorizar o adiamento temporário do pagamento de faturas;
- estabelecer salvaguardas para evitar interrupções do fornecimento de energia da rede;
- proporcionar reduções temporárias e específicas dos níveis de tributação dos agregados familiares vulneráveis;
- conceder auxílios a empresas ou indústrias, em conformidade com as regras da UE em matéria de auxílios estatais;

- reforçar a sensibilização internacional para a questão da energia a fim de garantir a transparência, a liquidez e a flexibilidade dos mercados internacionais;
- investigar eventuais comportamentos anticoncorrenciais no mercado da energia e solicitar à Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) que reforce a monitorização da evolução do mercado do carbono;
- facilitar um acesso mais alargado aos contratos de aquisição de energia de fontes renováveis e apoiá-los com medidas de acompanhamento.

Medidas a médio prazo para um sistema energético descarbonizado e resiliente:

- intensificar os investimentos na energia de fontes renováveis, na renovação e na eficiência energética e acelerar os leilões e os processos de licenciamento das energias renováveis;
- desenvolver a capacidade de armazenamento de energia para apoiar o crescimento da quota de energia de fontes renováveis, incluindo baterias e hidrogénio;
- solicitar ao organismo europeu de regulação da energia (ACER) que estude as vantagens e os inconvenientes da atual configuração do mercado da eletricidade e proponha recomendações à Comissão, se for caso disso;
- ponderar a revisão do regulamento relativo à segurança do aprovisionamento, a fim de assegurar uma melhor utilização e um melhor funcionamento do armazenamento de gás na Europa;
- explorar os potenciais benefícios de um acordo voluntário para a aquisição conjunta de reservas de gás pelos Estados-Membros;

- criar novos grupos regionais dedicados à avaliação dos riscos transfronteiras no setor do gás, que analisem os riscos e aconselhem os Estados-Membros relativamente à elaboração dos seus planos nacionais de prevenção e de ação de emergência;
- reforçar o papel dos consumidores no mercado da energia, capacitando-os para escolherem e mudarem de comercializadores, gerarem a sua própria eletricidade e aderirem às comunidades de energia.
- adotar um manual de normas sobre a cibersegurança no setor da eletricidade;
- propor, até dezembro de 2021, uma recomendação do Conselho que forneça mais orientações aos Estados-Membros sobre a melhor forma de abordar os aspetos sociais e laborais da transição ecológica.

Como funciona o mercado interno da energia da UE? É ele a causa dos atuais preços elevados?

Antes do mercado interno da energia, o sistema energético europeu caracterizava-se pela existência de monopólios energéticos e pela fixação de preços pelas entidades de regulação, o que conduzia a um sistema dispendioso e ineficiente que não permitia que os clientes beneficiassem da concorrência entre empresas do setor da energia. O mercado interno da energia afastou a UE dessa situação.

A atual configuração do mercado possibilita que todos os cidadãos da UE escolham entre vários comercializadores de eletricidade e de gás e proporciona sinais de preço claros para incentivar investimentos em tecnologias limpas. Ao ligar 27 mercados nacionais da energia, o mercado energético integrado da UE reduziu os custos, economiza milhões de toneladas de CO₂ e reforça a segurança do aprovisionamento.

O mercado interno também facilita a capacitação dos consumidores, nomeadamente através da sua adesão a comunidades de energia ou da produção da sua própria eletricidade.

O mercado grossista da eletricidade é onde os produtores de energia (centrais elétricas) vendem eletricidade e os retalhistas de energia a compram para a fornecerem aos seus clientes. Trata-se de um sistema de fixação de «preços marginais», que funciona mediante a colocação no mercado da energia produzida por centrais elétricas por ordem de preço, começando pela menos dispendiosa até à última central necessária para satisfazer a procura dos consumidores.

É esta última central que fixa o preço global, sendo frequentemente (nas horas de maior procura dos consumidores) uma central elétrica a gás ou a carvão. Todos os produtores de eletricidade recebem o mesmo preço pelo mesmo produto, a eletricidade. Existe um consenso alargado de que o modelo marginal é o mais eficiente para os mercados liberalizados da eletricidade dado que os produtores têm interesse em não apresentar ofertas superiores aos seus custos reais de funcionamento. Outros sistemas conduzem a resultados mais ineficientes e favorecem a especulação em detrimento dos consumidores.

O mercado funciona igualmente transfronteiras, mediante um processo denominado «acoplamento de mercados», que garante mercados eficientes em que a eletricidade circula de zonas com preços da eletricidade mais baixos para aquelas com preços mais elevados. Este processo mantém os custos da eletricidade para os consumidores em toda a UE em níveis reduzidos e possibilita que os Estados-Membros recorram ao fornecimento pelos seus vizinhos quando necessário, apoiando a segurança do aprovisionamento de eletricidade.

Os produtores e fornecedores de eletricidade também participam nos mercados a prazo. Esses preços a prazo («forward») refletem períodos de procura elevada e baixa e possibilitam que tanto os produtores como os fornecedores reduzam os riscos de movimentos a curto prazo nos preços da energia. A existência de mercados a prazo eficazes constitui igualmente um elemento essencial do mercado interno.

O preço grossista da eletricidade é uma das componentes da fatura final de eletricidade paga pelos consumidores. A fatura final de eletricidade reflete igualmente os custos de transporte e distribuição (custos de rede) e os impostos e as taxas. Em média, cada uma das três componentes da fatura de eletricidade representa um terço da fatura total, existindo algumas variações entre os Estados-Membros.

Com o atual preço grossista da eletricidade a ser puxado pelos preços mundiais do gás, alguns questionaram-se se este modelo de mercado ainda seria adequado. Atendendo a que os picos de preços são impulsionados pelas condições mundiais, afigura-se pouco provável que modelos de mercado alternativos pudessem produzir resultados diferentes. Não obstante, a Comissão está a encarregar a ACER (Agência da UE de Cooperação dos Reguladores da Energia) de analisar as vantagens e os inconvenientes do atual modelo de mercado, bem como a sua aplicação pelos Estados-Membros, a fim de garantir que continua adequado às nossas necessidades.

Os fornecedores externos de energia são responsáveis pela situação atual?

O atual aumento dos preços da eletricidade deve-se principalmente à procura mundial de gás, que está a crescer à medida que a recuperação económica acelera. Este aumento da procura ainda não foi acompanhado por um aumento da oferta,

sendo os efeitos sentidos não apenas na UE mas também noutras regiões do mundo.

Dada a natureza mundial do atual aumento dos preços, a cooperação internacional em matéria de fornecimento, transporte e consumo de gás natural pode ajudar a manter os preços do gás natural sob controlo. A Comissão tem mantido um diálogo com os principais países produtores e consumidores de gás natural no intuito de facilitar o crescimento do comércio de gás natural. Esse diálogo com os nossos parceiros internacionais visa reforçar a liquidez e a flexibilidade do mercado internacional do gás de modo a garantir um abastecimento suficiente e competitivo de gás natural.

Tem-se constatado que os volumes de gás provenientes da Rússia são mais baixos do que o previsto, restringindo o mercado à medida que a estação de aquecimento se aproxima. Embora tenha cumprido os seus contratos a longo prazo com os seus homólogos europeus, a Gazprom assegurou pouca ou nenhuma capacidade suplementar para aliviar a pressão no mercado do gás da UE. O atraso na manutenção de infraestruturas durante a pandemia também condicionou o aprovisionamento de gás proveniente da Rússia e de outros fornecedores.

A ambição climática da UE ou a tarifação do carbono são responsáveis pelo aumento dos preços?

A situação atual não resulta da ambição climática da UE. Os preços da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis continuam a ser mais baixos e mais estáveis do que os da eletricidade produzida a partir de combustíveis fósseis. Os investimentos na produção interna de energia limpa e numa maior eficiência energética reduzem a fatura de importação de energia da UE e a sua dependência de fornecedores de países terceiros.

O efeito do aumento do preço do gás sobre o preço da eletricidade é nove vezes maior do que o efeito do aumento do preço do carbono. Entre janeiro e setembro de 2021, o preço no CELE aumentou cerca de 30 €/tCO₂, o que se traduz num aumento dos custos de cerca de 10 €/MWh no caso da eletricidade produzida a partir do gás (pressupondo uma eficiência de 50 %) e de cerca de 25 €/MWh no caso da eletricidade produzida a partir do carvão (pressupondo uma eficiência de 40 %). Estes aumentos são claramente compensados pelo crescimento observado do preço do gás em cerca de 45 €/MWh durante o mesmo período, o que se traduz num custo adicional de cerca de 90 €/MWh na produção de eletricidade.

O preço do carbono no CELE aumentou principalmente por haver uma maior procura de licenças decorrente de uma atividade económica mais forte após a pandemia de COVID-19 e devido às expectativas relacionadas com a ambição climática da UE para 2030, mas não só. Os preços elevados do gás contribuem para o aumento do preço do carbono, uma vez que conduzem a uma maior utilização do carvão para a produção de eletricidade e, conseqüentemente, a uma maior procura de licenças de emissão.

Nos termos da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros revista, as licenças de emissão são classificadas como instrumentos financeiros, a fim de garantir um ambiente comercial seguro e eficiente e proteger o mercado do carbono da UE contra abusos de mercado e outros tipos de conduta irregular. Por conseguinte, o comércio de licenças de emissão já está sujeito a um sólido regime de supervisão.

Para mais informações

[Comunicado de imprensa](#)

Comissão dá início a trabalhos para proclamar 2022 como Ano Europeu da Juventude

Comissão adotou hoje a sua proposta formal de proclamação de 2022 como Ano Europeu da Juventude. Com esta proposta, a Europa esforça-se por oferecer aos jovens mais e melhores oportunidades para o futuro.

Com o Ano Europeu da Juventude, a Comissão tenciona, em cooperação com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais, as partes interessadas e os próprios jovens:

- **honrar e apoiar a geração** mais sacrificada durante a pandemia, dando-lhe novas esperanças, força e confiança no futuro, salientando a forma como as transições ecológica e digital oferecem perspetivas e oportunidades renovadas;
- **incentivar todos os jovens**, especialmente aqueles com menos oportunidades, provenientes de meios desfavorecidos, de zonas rurais ou remotas, ou pertencentes a grupos vulneráveis, a tornarem-se cidadãos ativos e agentes de mudança positiva;
- **promover as oportunidades** oferecidas pelas políticas da UE aos jovens para apoiar o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. O Ano Europeu da Juventude será acompanhado pela implementação bem-sucedida do [NextGenerationEU](#) no que diz respeito à criação de empregos e de oportunidades de educação e de formação de qualidade. e
- **inspirar-se** nas ações, na visão e nas perspetivas dos jovens para reforçar e dinamizar o projeto comum da UE, com base na [Conferência sobre o Futuro da Europa](#).

Para mais informações:

- [Relatório da UE sobre a Juventude](#)
- [Portal Europeu da Juventude](#)

Programa de trabalho da Comissão para 2022: Tornar a Europa mais forte em conjunto

A Comissão adotou hoje o seu [programa de trabalho para 2022](#), que define as próximas etapas da sua agenda ambiciosa e transformadora rumo a uma Europa pós-COVID-19 mais ecológica, mais justa, mais digital e mais resiliente. O programa de trabalho da Comissão contém 42 novas iniciativas estratégicas no quadro das seis principais ambições estabelecidas pela presidente von der Leyen nas suas [orientações políticas](#), dando seguimento ao seu [discurso sobre o estado da União](#) de 2021.

As principais ambições são:

1. Pacto Ecológico Europeu
2. Uma Europa preparada para a era digital
3. Uma economia ao serviço das pessoas
4. Uma Europa mais forte no mundo
5. Promoção do modo de vida europeu
6. Um novo impulso para a democracia europeia

Para mais informações:

[Programa de Trabalho da Comissão](#)

[Ficha informativa sobre o programa de trabalho da Comissão para 2022 - aspetos gerais](#)

[Ficha informativa sobre o programa de trabalho da Comissão para 2022 — anexo I aperfeiçoado](#)

[Programa de trabalho da Comissão para 2022: Tornar a Europa mais forte em conjunto](#)

[Sítio Web do programa de trabalho da Comissão para 2022](#)

[Plano de recuperação da Europa](#)

[NextGenerationEU](#)

[Pacto Ecológico Europeu](#)

[Construir o futuro digital da Europa](#)

[Prioridades da Comissão Europeia](#)

Principais Mensagens da Cimeira Social Tripartida

Os líderes e Parceiros Sociais encontraram-se na Cimeira Social Tripartida para discutir “a transformação da recuperação Europeia em crescimento sustentável a longo prazo, apoiando mais e melhores empregos”. Foram abordadas as seguintes questões:

- Qual o papel dos parceiros sociais nos planos nacionais de recuperação e resiliência e como atingir uma recuperação socialmente justa, duradoura e com sucesso?
- Como manter uma prosperidade e competitividade socialmente justa cumprindo ambas as transições, a digital e ambiental?
- Como assegurar trabalho sustentável (considerando qualificações, políticas activas de emprego, sistemas de segurança social)?

Aqui encontra algumas respostas às questões acima colocadas:

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_5384

A Cimeira acontece a cada dois anos antes das reuniões do Conselho Europeu. É uma oportunidade para uma troca de ideias construtiva entre os líderes das instituições europeias e os parceiros sociais.

Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

A Comissão Europeia vai apoiar, através do Fundo Europeu para o ajustamento da Globalização mais de 800 trabalhadores despedidos na Sardenha em Itália. Este trabalhadores perderam os seus empregos como consequência de processos de reestruturação e globalização.

Os 5.4 Milhões de Euros deste fundo vão ajudar as autoridades a financiar medidas como encaminhamento de carreiras e apoio á procura individual de trabalho. Formação também vai ajudar a melhorar as qualificações dos trabalhadores despedidos e contribuir para a transição digital no sector da logística e movimentação de bens. Os participantes podem receber subsídios por participarem nestas medidas.

O custo total das medidas é 6.3 Milhões dos quais 85% estão cobertos pelo Fundo. Esta proposta da Comissão necessita a aprovação do Parlamento e do Conselho Europeu.

Mais informação:

- [Commission proposals for EGF support to dismissed workers in Air Italy and Porto Industriale di Cagliari](#)
- [Factsheet on the EGF](#)
- [Press release: Commission welcomes political agreement on European Globalisation Adjustment Fund for displaced workers](#)
- [Website of the European Globalisation Adjustment Fund](#)
- [EGF regulation 2021-2027](#)

Antes da Cimeira do G20 e da COP26, aPresidente Von Der Leyen define as prioridades Europeias

A presidente reiterou o empenho para vacinar 70% da população global ate meados de 2022. A EU é um dos maiores contribuidores para se atingir este resultado, e tem mais de 1.2 mil milhões de vacinas exportadas para 150 países e perto de 880 milhões de doses entregues aos Europeus.

No G20 também se vai discutir uma recuperação económica robusta e justa perante um cenário pandémico, a subida dos preços da energia e as quebras nas cadeias de abastecimento.

É necessário encurtar as diferenças entre os financiadores do clima. A UE é o maior contribuidor para o clima com mais de 25 mil milhões de dólares por ano e urge que outros sejam mais ambiciosos. A UE está no caminho para se tornar o primeiro continente a atingir a neutralidade climática até 2050.

Mais informação:

- [\[Video\] Press conference by Ursula von der Leyen, President of the European Commission, ahead of the G20 Summit and in the UN Climate Change Conference \(COP26\)](#)
- [The EU in the G20 webpage](#)
- [The EU at COP26 Climate Change Conference](#)

DOCUMENTOS DO PARLAMENTO EUROPEU



- [Decisão do Presidente do Parlamento Europeu sobre medidas de segurança para limitar a propagação do COVID-19](#)
- [Ações tomadas relativamente a posições e resoluções do Parlamento](#)